

Conselho Fiscal - COFIS

Ata da 5ª Reunião Extraordinária do Conselho Fiscal da Cearaprev - COFIS, realizada no dia 22 de abril de 2024.

Dia vinte e dois (22) do mês de abril de 2024, às 15:00hs, no Ambiente Virtual fornecido pelo software Google Meet, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal da Cearaprev - COFIS em conjunto de membros da Cearaprev: **Marcelo de Sousa Monteiro** (Conselheiro Titular - Presidente do COFIS), **Antônio de Pádua Freitas** (Conselheiro Titular - Vice-Presidente do COFIS), **Átila Einstein Oliveira** (Conselheiro Titular), **Pedro Paulo Lopes Vieira** (Conselheiro Titular). Como convidados, **Paulo Sucupira** (Diretor de Gestão de Investimentos da Cearaprev), **Adriano Pinheiro dos Santos** (Diretor de Desenvolvimento Institucional e Governança), **Sérgio Bastos de Castro** (Assessor de Controle Interno), **Paula Campos Thiers Monteiro** (Assessora Especial), **Oscar Saldanha do Nascimento** (Diretor Administrativo-Financeiro), **Isaac Figueiredo** (Diretor de Estudos Econômicos e Atuariais), **Andrea Duarte** (Assessora Jurídica), **Ronialison Fernandes** (Diretoria de Gestão de Investimentos), **Pedro Silva** (Diretoria de Gestão de Investimentos), **Larissa Mendonça** (Diretoria de Gestão de Investimentos), **Thiago Monteiro** (Assessor Especial da Contabilidade), **Elayne Naglle** (Assessoria de Comunicação) e **Robson Melo** (Assessoria de Comunicação). **A reunião foi gravada pelo ambiente virtual e encontra-se mantida nos arquivos da Cearaprev que estão na nuvem do Google Drive.** Verificada a existência de quórum, deu-se início aos trabalhos para análise dos tópicos da pauta do dia: **1)** Apresentação relatórios de demonstração das receitas e despesas dos fundos da Cearaprev; **2)** Aviso sobre o Curso para Certificação RPPS. Os materiais anexos à pauta foram enviados previamente aos membros do Comitê via e-mail e whatsapp. Fazendo uso da palavra, o Presidente cumprimentou os Conselheiros(as) presentes e deu abertura aos trabalhos. Paula Thiers prosseguiu registrando a presença dos membros e convidados. Em seguida, Thiago Monteiro iniciou sua apresentação sobre o Balanço Patrimonial. Ele começou demonstrando as **variações patrimoniais do FUNAPREV**, destacando que a receita do fundo provém exclusivamente das contribuições sociais, sem receber impostos, taxas ou contribuições de

melhoria. As contribuições sociais incluem tanto a parte laboral quanto a patronal, e houve um leve aumento desta receita de um ano para o outro. As receitas financeiras totalizaram R\$30.000.628,00, provenientes de aplicações em instrumentos financeiros de liquidez imediata no Banco da Caixa Econômica. A compensação previdenciária recebida pelo FUNAPREV durante o ano de 2023, somada ao acumulado de 2022, foi de R\$130.000.577,62. Na Utilização dos Serviços, foi mostrado que o FUNAPREV paga à Cearaprev a taxa administrativa no valor de R\$9.796.350,46, um custeio utilizado para o funcionamento da Cearaprev. Marcelo Monteiro perguntou sobre o percentual definido em relação à arrecadação, ao que Isaac Figueiredo respondeu que, este ano, o percentual está em 0,41%. Ele explicou que o cálculo da taxa resulta do custeio anual necessário dividido pelo salário de contribuição total. Marcelo continuou perguntando sobre a despesa de 2 milhões entre 2022 e 2023, já que os valores passaram de R\$7.701.630,60 para R\$9.796.350,46. Adriano Pinheiro respondeu que essa questão seria explicada até o fim da reunião. Thiago Monteiro continuou a apresentação, mostrando que o Resultado Patrimonial foi de R\$10.139.992,68, significativamente maior que no ano de 2022. Após finalizar a apresentação sobre o FUNAPREV e não havendo mais dúvidas, seguiu-se para a **apresentação sobre as variações do PREVMILITAR**, incluindo Receitas e Despesas. Ele comentou que esse fundo é semelhante ao FUNAPREV e destacou o aumento na Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras, que subiu de R\$5.807.362,81 para R\$7.693.881,89. Nas Transferências Intergovernamentais recebidas pelo Tesouro, houve uma leve diminuição em 2023 em comparação com 2022. O total das variações patrimoniais foi de R\$1.063.982.730,53, representando um aumento em relação a 2022. Em termos de despesas, o PREVMILITAR teve R\$677.340.999,59 em aposentadorias e reformas. Somando o total de despesas, houve um leve aumento em comparação com 2022. Ao comparar o total de receitas com o total de despesas, obteve-se um resultado negativo, porém menor que o resultado negativo de 2022. O Sr. Antônio de Pádua perguntou se o saldo negativo dos militares era coberto por aplicações financeiras da caixa militar ou de uma caixa geral de civis. Thiago Monteiro respondeu que o PREVMILITAR possui uma conta bancária exclusiva, com uma aplicação financeira dedicada apenas a ele, portanto, não se utilizam recursos do fundo civil. Após essa explicação, Thiago Monteiro iniciou a **apresentação sobre o PREVID**, um fundo destinado a civis, destacando os investimentos. As contribuições sociais, recebidas dos servidores ativos e das entidades patronais, aumentaram de R\$464.034.788,17 em 2022 para

R\$559.038.615,74 em 2023. Nas despesas, as Aposentadorias e Reformas variaram de R\$58.278,76 em 2022 para R\$218.303,38 em 2023, e as pensões apresentaram um leve aumento de um ano para o outro. O Sr. Marcelo Monteiro questionou a utilização uniforme dos serviços entre os três fundos, e ficou acordado que esse ponto seria revisado e discutido em uma reunião posterior. Thiago Monteiro continuou sua apresentação, mostrando que o PREVID encerrou 2023 com um resultado positivo em comparação a 2022, com um resultado patrimonial de R\$9.723.630,99, refletindo um aumento no patrimônio líquido do PREVID. O Sr. Adriano Pinheiro tomou a palavra para retomar o questionamento anteriormente citado sobre a diferença de valores de despesas entre os anos de 2022 e 2023 do fundo FUNAPREV e relatou que os custos da Cearaprev aumentaram e tal valor é rateado igualmente entre os fundos FUNAPREV, PREVID e PREVMILITAR, administrados pela Cearaprev, de acordo com a Lei Complementar nº123, de 16 de setembro de 2013, e deverão ser executadas por meio de um percentual, por fundo, a ser deduzido da alíquota de contribuição patronal, conforme disposto no parágrafo único do art. 13 da Lei Complementar nº184, de 21 de novembro de 2018. Ele também apresentou o custeio administrativo da Cearaprev de 2020 a 2024. Marcelo Monteiro destacou que, desde as primeiras reuniões do Conselho Fiscal, houve uma análise minuciosa dos contratos, com especial atenção para os contratos com a Etice, que envolvem um volume significativo de recursos. Relatou que devido à natureza abstrata desses serviços, é necessário quantificá-los com cuidado para evitar gastos acima do valor de mercado, sendo essencial a gestão da Cearaprev sobre avaliar esses custos e as negociações de seus contratos de prestação de serviços com a Etice, considerando sua condição de empresa pública vinculada ao Estado, o que não torna coerente o fato de os contratos intermediados pela Etice serem mais caros do que se os órgãos fossem licitar e contratar diretamente no mercado. Concluiu dizendo que a temática da discussão sobre as negociações com a Empresa de Tecnologia do Ceará é um desafio de todos os órgãos, não apenas da Cearaprev. Paula Thiers solicitou um momento para tratar do **segundo item da pauta**, que diz respeito à Certificação do RPPS. Ela informou que, de acordo com o Ministério da Previdência através da Portaria 1.467/22, a partir de 31 de julho será obrigatório que Conselheiros e Dirigentes das Unidades Gestoras dos Regimes Próprios de Previdência possuam a Certificação Profissional em RPPS. Sendo assim, será oferecido um curso preparatório no auditório da Cearaprev, nos dias 16 e 17 de maio, ministrado pelo professor José Marcos, do grupo NUI. Marcelo perguntou se alguém tinha mais alguma

colocação. Paulo Sucupira sugeriu que, na próxima reunião, fosse apresentado ao Conselho Fiscal a política de investimentos, os parâmetros definidos para o ano de 2024, a meta atuarial a ser perseguida e o desempenho do fundo previdenciário PREVID no primeiro trimestre de 2024. **Marcelo Monteiro encerrou a reunião, marcando a próxima para o dia 3 de junho, com pautas definidas sobre a Política de Investimentos, a situação dos mandatos do Conselho Fiscal e as prestações de contas. A reunião terminou com todos concordando com as pautas e a data.** Sendo esses os assuntos da reunião, e não havendo mais nada a ser tratado, o Presidente agradeceu os presentes na reunião e deu por encerrada a reunião, da qual eu, Elayne Nagle Aguiar Oliveira, participei e lavrei a presente Ata assinada pelos membros titulares presentes e/ou suplentes representando.

Fortaleza - CE, 22 de abril de 2024.

MARCELO DE SOUSA MONTEIRO
Presidente do COFIS

ANTÔNIO DE PÁDUA FREITAS
Vice-presidente do COFIS

ÁTILA EINSTEIN DE OLIVEIRA
Conselheiro titular

PEDRO PAULO LOPES VIEIRA
Conselheiro titular